



O DISCURSO DO *PRESIDENTE OPERÁRIO* A TRABALHADORES: A FUNÇÃO DE *PORTA VOZ* E SEUS DESDOBRAMENTOS

Maísa Ramos Pereira¹

Introdução

Com base nas formulações teóricas derivadas do trabalho de Michel Pêcheux, este trabalho trata sobre o pronunciamento do presidente Lula a trabalhadores no 1º de maio do ano de 2003, destacando as características de seu dizer que situam esse sujeito político como aquele que se constrói na posição de *porta-voz* dos trabalhadores. A partir da materialidade linguística do dizer de tal sujeito, observamos como se estabelece uma relação de apaziguamento entre os sujeitos do discurso por meio da construção de uma identidade de trabalhador para o enunciador, que o autoriza a falar *em nome* e *para* aqueles que diz representar, os trabalhadores.

1. A função de *porta-voz* e seus desdobramentos

Em *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*, Michel Pêcheux (1990) apresenta, a partir de uma abordagem histórica, como se deu o surgimento da função de *porta-voz* na sociedade. Nesse trabalho, o autor elucida que as revoluções Francesa (1789), Socialistas (século XIX) e aquelas do século XX, derivadas de 1917, tiveram em comum uma frustração das camadas populares, tendo em vista que estas nunca chegaram ao poder. O “povo”, as “massas”, o “proletariado”, a “luta de classes” eram as abstrações (PÊCHEUX, 1990, p.8) presentificadas nos discursos em circulação na época das revoluções², sendo que o ideal de que uma sociedade dividida em classes ou segmentos sociais em conflito deixasse de existir nunca fora alcançado.

Especificamente, no que concerne à Revolução Francesa (ou Burguesa), em que houve uma aliança entre a burguesia e as camadas populares para a derrubada do regime feudal-monárquico, deslocou-se a ideia de que o soberano era o detentor da história, que poderia exercer sua hegemonia por meio da religião e do poder (PÊCHEUX, 1990, p.10). Esta quebra de paradigma encaminhou a sociedade feudal monárquica a transformar-se em uma sociedade fundada na construção de legitimidade daquele que toma a palavra em nome de outros. Os líderes da revolução passam a ser instituídos como *porta-*

¹ Técnico-administrativa em Educação na Universidade Federal do Maranhão, Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos.

² Não pretendemos adentrar a discussão sobre as referidas revoluções, mas somente abordar de onde parte Pêcheux (1990) para situar sua discussão sobre a função de *porta-voz*.

vozes de uma sociedade anônima e abstrata, falando em nome daqueles que dizem representar, de modo que este é um dos principais fundamentos republicanos.

Assim, a República manifesta seus ideais por meio da língua, tal como o regime antecessor, contudo, baseia-se em leis formuladas no interior do Direito, apagando diferenças entre grupos sociais e defendendo princípios de “igualdade para todos”, ainda que estes princípios nunca tenham chegado a se concretizar. Segundo Pêcheux (1990, p.10), há uma tendência de absorção das diferenças por meio da universalização das leis jurídicas, que dissimulam as relações de poder e força existentes na sociedade. As lutas ideológicas constituem-se então no interior da própria língua, as palavras passam a significar conforme a inscrição ideológica dos sujeitos.

Nestas circunstâncias, surge o *porta-voz*, aquele que retoma o dizer da multidão representada, relatando supostamente seus anseios e suas necessidades, já que seu papel consiste em intermediar conflitos sociais e confrontar-se com um poder instaurado diante daqueles que representa. O pertencimento a um determinado grupo social é mais ou menos imprescindível para a legitimação de sua condição, entretanto, este sujeito não se confunde em meio à multidão: enquanto negociador, ele ocupa um espaço privilegiado no jogo político. Quanto a seu relato, este não se dá como retomada fidedigna do dizer daqueles que lhe delegaram a palavra, pelo contrário, ele existe justamente para que o povo não ocupe o papel de orador.

Se o *porta-voz* exerce um papel de mediador entre “poder” e “povo”, o que ocorre quando este *porta-voz* chega ao “poder”? A função exercida seria anulada? Partindo desta reflexão, Zoppi-Fontana³ (1997), em seu trabalho intitulado *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*, estudou pronunciamentos de Raúl Alfonsín, durante seu mandato, que perdura de 1983 a 1989, na Argentina, além de matérias jornalísticas da época, pronunciamentos dos dois principais candidatos que, em setembro de 1987, disputaram o governo do estado de Buenos Aires, e o filme *La República Perdida* (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.47-48).

A autora percebeu que, com a mudança de papel social, de mediadores entre o povo e o governo para representantes democraticamente eleitos, conflitos instaurados discursivamente deslocavam seu direcionamento, abandonava-se o conflito com o governo e iniciava-se um conflito com abstrações, como “a fome”, “a inflação”, “o desemprego”, dentre outras mazelas sociais (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20). Mais especificamente, ao deslocar-se do papel de mediador (entre o povo argentino e o Estado ditatorial) para a função de presidente, Alfonsín passa a apagar discursivamente conflitos sociais entre povo e

³ Esta autora filia-se à Semântica Histórica da Enunciação, sob a perspectiva de “uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua concreta situação de enunciador” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.29).

poder, reportando suas críticas àquelas abstrações. Seguindo estes deslocamentos teóricos acerca da noção de *porta-voz*, desenvolveremos nossa análise.

2. O presidente operário: a construção da função de *porta-voz*

Partimos da hipótese de que Lula, enquanto presidente, continua⁴ a enunciar a partir da função de *porta-voz*, considerado o deslocamento discursivo de que passa a falar *para* os trabalhadores, em uma *função de destinação*, destacando-se e delimitando-se dos seus interlocutores em função do papel social assumido. Nesse caso, o sujeito enunciador não fala mais *em nome* do povo, mas *para* o povo (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 21).

Por meio da *identidade de trabalhador* construída discursivamente, entendemos que o sujeito político Lula se legitima como presidente e reafirma sua função de *porta-voz* dos trabalhadores. Por não estar mais em situação de mediação entre um poder instaurado e o povo que representa, entendemos que este sujeito enuncia “para” seus interlocutores, no sentido de apaziguar conflitos sociais e direcionar seu dizer não mais ao governante, posto que ele próprio ocupa o lugar de governante. Entendemos que, em pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores, a função de *porta-voz* emergia em seu dizer, de modo diferente de quando ocupava o lugar social de sindicalista, mas, ainda assim, era como *porta-voz* que enunciava.

Na seguinte amostragem, destacaremos as características do dizer político do presidente Lula em análise que nos direcionam a esta constatação:

[...] a minha chegada à Presidência da República é o resultado do crescimento da consciência política da classe trabalhadora brasileira. O mérito, portanto, não é pessoal do Presidente ou do meu Partido, que tem méritos, mas o mérito muito maior é de uma sociedade que acordou e que resolveu tomar para si a responsabilidade de governar o nosso país. [...] Exatamente porque eu não sou um homem que veio de cima para baixo, eu sou um homem que vocês fizeram brotar do chão da fábrica, entrar na política e virar Presidente da República. Eu, portanto, sei o que passa na cabeça de cada um de vocês, sei o sofrimento de um desempregado, porque já vivi a crise de 1965, vivendo 11 meses sem emprego, e sei o que se passa na casa de um desempregado (Luís Inácio Lula da Silva, São Bernardo do Campo, 01/05/2003).

Percebemos que uma *identidade de trabalhador*, construída discursivamente, é mobilizada nesse pronunciamento⁵ de Lula a trabalhadores. Ainda que, pela superfície linguística, o sujeito enunciador se apresente como trabalhador, ele não deixa de ser um sujeito político ocupando o lugar social de

⁴ Entendemos como “continuação” do exercício da função de *porta-voz* já que outros trabalhos, como CAZARIN (2005), demonstraram que, no período que antecede seus dois mandatos como presidente, Lula enunciava como *porta-voz* dos trabalhadores. É importante ressaltar que a autora explicita de modo rigoroso que a assunção desse papel se dá de diferentes modos, nas diferentes circunstâncias enunciativas. Também entendemos que a função de *porta-voz* exercida por Lula não passou intacta à sua chegada à presidência.

⁵ Para mais análises, ver: *Do funcionamento discursivo dos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores: procedimentos de legitimação do dizer político* (PEREIRA, 2013).



presidente, que faz declarações de presidente, gestor de Estado. O fato de Lula, em sua condição de operário/trabalhador/sindicalista ter chegado à presidência não implica que os trabalhadores governem o país, que gerenciem o Estado. Este permanece sob o regime da democracia representativa, de caráter burguês desde sua fundação, ou seja, não houve ruptura com o regime de governo capitalista por natureza.

A mesma materialidade linguística que afirma “eu sou um trabalhador assim como vocês” **silencia** acerca de transformações sociais efetivas, sobre um governo dos trabalhadores em que, de fato, os trabalhadores governem, não somente sua “representação”. Por esta razão, entendemos que o sujeito enunciativo se inscreve em uma *formação discursiva* capitalista, ainda antagônica a uma *formação discursiva* dos trabalhadores. Acreditamos na ocorrência de uma reconfiguração de saberes no interior da FD capitalista, saberes trazidos por este sujeito ao se inscrever nesta *formação*. O dizer de Lula não deixa de ser um dizer presidencial, de anúncios de promessas de um futuro melhor e de medidas governamentais, contudo diferencia-se com relação a outros dizeres presidenciais devido à forma dada.

Entendemos que a conciliação materializada discursivamente entre Lula presidente e trabalhadores se sustenta na prática política dos regimes de democracia representativa de que as denúncias de opositores não são dirigidas às funções em si, mas aos ocupantes das funções, ou seja, não se faz crítica ao sistema político, mas àqueles que o administram. Esta crítica à incapacidade de desempenho da função pelo adversário integra o conjunto de características do discurso político junto à afirmação de uma potência interventora, um silêncio acerca de suas debilidades, conforme Piovezani (2009, p.136). Sendo assim, quando passa a ocupar o lugar social de presidente, o sujeito afasta-se do estigma de inoperante para então alçar-se àquele que pode transformar a realidade social.

A relação entre a suposição característica do discurso político segundo a qual seus agentes podem transformar a realidade e a posição de conciliador de Lula concerne ao fato de que o presidente silenciará em sua fala pública a trabalhadores incitações a mobilizações e reivindicações sociais, por exemplo. Como se o trabalhador não devesse mais lutar pelos seus direitos, já que teriam na representação do *presidente operário* a sua contemplação. Como afirma Rosanvallon (1998, p.19-20), na democracia representativa, o soberano assume uma forma reconhecível do povo, que nada mais é do que uma multidão, uma abstração, logo o processo de representação se confunde com uma encarnação, *representar* seria *personificar*. E um povo representado em seu governante é um povo que não vai às ruas, segundo o autor.

Da encarnação do trabalhador brasileiro, a construção de uma *identidade de trabalhador*, passa-se à afirmação de um papel de *porta-voz* dos trabalhadores, já que estes passariam a “construir sua independência com as próprias mãos”. Tendo em vista, também, que, ao mesmo tempo em que pertence ao segmento social “trabalhadores”, transcende a este, devido à posição privilegiada derivada do papel

institucional que assume. Neste caso, para que seja *porta-voz* dos trabalhadores é necessário que a condição de *trabalhador* seja imanente a esse sujeito. O dizer político do presidente em questão enuncia que “Lula é um trabalhador, portanto sabe o que fazer pelos trabalhadores”. Porém, em relação ao grupo, esse sujeito deve elevar-se para representar.

Como presidente da República, Lula enuncia como se fora o legítimo representante dos trabalhadores, a encarnação da “classe trabalhadora brasileira”, reafirmando sua condição de *trabalhador*. Enuncia dotado de autoridade, devido a essa identidade construída e legitimada discursivamente. Diz-se pertencente ao grupo dos trabalhadores, mas destaca-se para falar ao exterior e ao interior do segmento. A condição de trabalhador está intrinsecamente vinculada ao fato de que o sujeito Lula tenha autoridade para dizer em nome do grupo que “representa”. Para que fale em nome do grupo, é melhor que seja *um igual*, que haja alguma identificação.

Estamos diante de uma nova configuração política: a eleição de representantes que se assemelham ao povo, que têm “autoridade” para discorrer sobre problemas sociais por tê-los vivido. A semelhança implica a *identificação*, conseqüentemente, *reconhecimento* e *apaziguamento* de possíveis conflitos sociais (ORLANDI, 1983, p.217). Para que se sobressaia como *porta-voz*, deve compartilhar valores e saberes com o segmento representado.

Reforçamos que a relação de *porta-voz* como *mediador* é apagada do dizer do sujeito Lula, devido à ascensão deste sujeito à presidência da República⁶. Sabemos que, na condição de presidente, ele não mais está *entre* trabalhadores e governo, já que assume o lugar de governo. E podemos observar o excerto como representativo do processo discursivo pelo qual seu dizer instaura essa relação de *identificação*, *reconhecimento* e possível *apaziguamento entre os sujeitos* (ORLANDI, 1983). Novas maneiras de reinvenção do discurso político contemporâneo para em larga medida continuar sendo o mesmo.

REFERÊNCIAS

- CAZARIN, Ercília. A. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula. Unijuí: Ijuí Editora, 2005.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos 19**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

⁶ Notamos semelhanças com o discurso alfonsinista analisado por ZOPPI-FONTANA (1997, p. 87), visto que se passa, nos pronunciamentos de ambos os sujeitos, Alfonsín e Lula, um *simulacro de palavra que circula simetricamente*, como se tivessem pleno conhecimento acerca do *pensamento do “povo”* (idem).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1983 - 2013 – Michel Pécheux: 30 anos de uma presença
Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013

PEREIRA, Maísa. **Do funcionamento discursivo dos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores**: procedimentos de legitimação do dizer político. 03 de abril de 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 03 de abril de 2013.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, Corpo e Voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ROSAVALLON, Pierre. **Le peuple introuvable**. Paris: Gallimard, 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Documento

Pronunciamentos DE LULA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos>>. Acesso em: 20 jul. de 2012.